

**TURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
percepções dos alunos do Curso de Turismo do Campus de São Bernardo
da Universidade Federal do Maranhão**

**TOURISM AND ENVIRONMENTAL EDUCATION:
perception of students of the Tourism Course, Centre of São Bernardo of Federal
University of Maranhão**

**TURISMO Y EDUCACIÓN AMBIENTAL:
percepciones de estudiantes del Curso de Turismo, Campus de São Bernardo
Universidad Federal de Maranhão**

Daniele Alves da Silva

Bacharela em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de São Bernardo.
E-mail: danalvessil@hotmail.com

Thiago Pereira Lima

Doutor em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFMA. Especialista em Meio Ambiente e Recursos Aquáticos pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Graduado em Geografia pela UFMA e em História pela UEMA. Cursa Ciências Sociais - bacharelado na UEMA. É professor adjunto da Universidade Federal do Maranhão - Campus São Bernardo - do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas - Sociologia. Principais temas de interesse: História do pensamento e Epistemologias da Geografia, Ensino de Geografia, Estudos Feministas e de Gênero, Tráfico de Mulheres, Estado e Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Religião e Religiosidades e estudos sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente.

E-mail: tp.lima@ufma.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2309-2038>

RESUMO

Este trabalho apresenta uma reflexão crítica acerca da relação entre o Turismo e a Educação Ambiental. No turismo, enquanto campo de conhecimento e prática social e profissional, há um atravessamento do discurso da sustentabilidade ambiental, que traz como pressuposto o desenvolvimento da atividade turística em harmonia com o meio ambiente. Os profissionais do Turismo são formados, nos cursos de graduação, com essa perspectiva, que considerem um uso planejado e consciente da natureza, bem como o desenvolvimento de processos formativos de Educação Ambiental. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo compreender como alunos do Curso de Bacharelado em Turismo do Campus de São Bernardo, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em processo

de formação acadêmica, percebem a Educação Ambiental. A metodologia utilizada neste estudo se constituiu a partir de levantamento de leitura no campo da Educação Ambiental crítica e sua relação com o Turismo, da análise do Projeto pedagógico curricular (PPC) do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal do Maranhão, Campus São Bernardo, e informações obtidas com aplicação de questionário construído por meio da plataforma digital *Google Forms*, bem como de dados levantados junto à Coordenação do curso em questão. A análise e discussão realizadas neste trabalho, levaram ao entendimento de que os alunos em processo de formação, apontam a necessidade sobre a Educação Ambiental no Curso de Turismo e que a Educação Ambiental é fundamental no trabalho de um profissional de turismo e na conservação da biodiversidade.

Palavras-chave: Percepções. Educação Ambiental. Turismo.

ABSTRACT

This paper presents a critical reflection on the relationship between Tourism and Environmental Education. In tourism, as a field of knowledge and social and professional practice, there is a crossing of the discourse of environmental sustainability, which brings as assumption the development of tourism in harmony with the environment. Tourism professionals are trained, in undergraduate courses, with this perspective, which considers a planned and conscious use of nature, as well as the development of formative processes of Environmental Education. In this sense, this work aims to understand how students from the Bachelor's Degree in Tourism, São Bernardo Campus, Federal University of Maranhão (UFMA), in the process of academic training, perceive the Environmental Education. The methodology used in this study is constituted from a survey of reading in the field of critical Environmental Education and its relationship to Tourism, analysis of the Curriculum Pedagogical Project (PPC) of the Bachelor's Degree in Tourism at the Federal University of Maranhão, São Bernardo Campus, and information obtained from the application of a questionnaire constructed through the digital platform google forms, as well as data collected from the Coordination of the course in question. The analysis and discussion carried out in this work, led to the understanding that students in the process of formation, point out the need for Environmental Education in the Tourism Course and that Environmental Education is fundamental in the work of a tourism professional and in the conservation of biodiversity.

KEY WORDS: Perceptions. Environmental Education. Environment. Tourism.

RESUMEN

Este artículo presenta una reflexión crítica sobre la relación entre el turismo y la educación ambiental. En el turismo, como campo de conocimiento y práctica social y profesional, se cruza el discurso de la sostenibilidad ambiental, que trae como supuesto el desarrollo de la actividad turística en armonía con el medio ambiente. Los profesionales del turismo se forman en cursos de grado con esta perspectiva, que consideran un uso planificado y consciente de la naturaleza, así como el desarrollo de procesos formativos de Educación Ambiental. En este sentido, este trabajo tiene como objetivo comprender cómo los estudiantes del curso de Licenciatura en Turismo del Campus de São Bernardo, Universidad Federal de Maranhão (UFMA), en el proceso de formación académica, perciben la Educación Ambiental. La metodología utilizada en este estudio se constituye a partir del relevamiento de lecturas en el campo de la Educación Ambiental crítica y su relación con el Turismo, el análisis del Proyecto Pedagógico Curricular (PPC) de la Licenciatura en Turismo de la Universidad Federal de Maranhão, Campus São Bernardo, y la información obtenida a partir de la aplicación del cuestionario construido a través de la plataforma digital google forms, así como los datos recogidos de la Coordinación del curso en cuestión. El análisis y la discusión llevada a cabo en este trabajo, llevó a entender que los estudiantes en el proceso de formación, señalan la necesidad de la Educación Ambiental en el Curso de Turismo y que la Educación Ambiental es esencial en el trabajo de un profesional del turismo y en la conservación de la biodiversidad.

Palabras clave: Percepciones. Educación Ambiental. Medio ambiente. Turismo.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental consiste em um paradigma científico e político e em uma prática pedagógica contextualizada e crítica, que problematiza a relação entre a sociedade e a natureza. As formas como compreendemos e usamos a natureza, bem como os conflitos e as desigualdades que são produzidos na nossa relação com a natureza, também são objetos de reflexão e prática da Educação Ambiental, tão necessária no atual contexto de degradação ambiental.

Para o turismo, os elementos naturais são fundamentais para o desenvolvimento da atividade turística. O turismo não prescinde do debate em torno da questão ambiental e da Educação Ambiental.

O Turismo, como conhecimento científico, busca compreender a produção, as dimensões e a dinâmica das atividades turísticas, na qual envolve o deslocamento de pessoas a determinadas situações ou ambientes fora do seu lugar habitual. As práticas de Educação Ambiental têm se dado, em diversas experiências, através do conhecimento e da inserção de atividades em uma localidade turística.

A questão ambiental é integrada ao turismo como um sistema “aberto com intrincadas e complexas relações de influências no qual os elementos, mesmo com certa autonomia, são dependentes um dos outros” (DELGADO, 2011, p. 16). Nesse sentido, não podemos compreender o Turismo deslocado das questões ambientais, nestas, deslocadas das questões sociais, políticas, econômicas e culturais.

Por não existir a prática da Educação Ambiental na região conhecida como Baixo Parnaíba Maranhense, nem institucionalizada nas atividades turísticas, resolvemos construir este trabalho. Nessa perspectiva, esta pesquisa busca compreender a percepção dos alunos graduandos, isto é, dos futuros profissionais em turismo, sobre a Educação Ambiental e a importância da Educação Ambiental para a formação acadêmica dos alunos do curso de Turismo.

O estudo analisa como os alunos do Curso de Turismo do Campus – UFMA percebem a Educação Ambiental. Como caminho metodológico da pesquisa, realizamos uma pesquisa descritiva e explicativa, trazendo a discussão teórica em torno da Educação Ambiental

e como é percebida pelos alunos do curso de Turismo e como eles relacionam a atividade profissional com a Educação Ambiental.

O questionário foi elaborado pelo *Google-forms* para os alunos do curso, com as três primeiras turmas: 2015.2, 2016.2 e 2017.2 e aplicado nos dias 3 a 9 de novembro de 2020. Abaixo, temos a quantidade de entrevistados por turma.

Quadro 1: Quantitativo de alunos/as entrevistados/as por turma

TURMA 2015.2	TURMA 2016.2	TURMA 2017.2	TOTAL
5 Discentes	5 Discentes	5 Discentes	15 Discentes

Fonte: Silva e Lima, 2022.

Apresentamos o processo histórico da educação ambiental no Brasil, as legislações e as políticas públicas neste campo. Também, analisamos as relações entre Turismo e a questão ambiental, e como o profissional em turismo pode estar envolvido nesse contexto. Em seguida, trabalhamos com as entrevistas que realizamos com os discentes do Curso de Turismo. Por fim, apresentamos nossas conclusões da pesquisa e sua importância tanto para comunidade acadêmica como para sociedade.

Esperamos que estes resultados contribuam com a ampliação do debate ambiental no curso de Turismo do Campus de São Bernardo. É fundamental que o turismólogo acompanhe esse debate, de forma que possa intervir, desenvolver projetos e estratégias de gestão e planejamento ambiental nos espaços, sejam eles destinos turísticos ou não.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SÉCULO XX: alguns marcos históricos no mundo e no Brasil

Nesta seção do trabalho, fazemos uma tentativa de construir o processo histórico da Educação Ambiental e sua institucionalização.

Nos anos 1960, no século XX, emergiu o debate público sobre o meio ambiente. Inúmeros motivos contribuíram para uma mudança na forma de pensar sobre o meio ambiente, que se tornou um assunto importante para a sociedade, estudiosos e cientistas, que passaram a problematizar a relação das sociedades com a natureza. A partir disso, torna-se visível a atuação dos movimentos ambientalistas.

Em 1962, houve a publicação do livro produzido nos Estados Unidos pela bióloga e pesquisadora Rachel Carson, a “*Primavera Silenciosa*”, que ficou bastante conhecida mundialmente. No livro ela aborda o cuidado com o meio ambiente e o uso de *DDT- Dicloro Difênil Tricloroetano*¹ um agrotóxico muito perigoso usado nas indústrias e plantações contra insetos e suas implicações para o meio ambiente. *Primavera Silenciosa* denunciava a perda da qualidade de vida produzida pelo uso indiscriminado e excesso dos pesticidas e os efeitos dessa utilização para os recursos naturais (MATOS, 2009, 15).

Em 1965, a Educação Ambiental apareceu pela primeira vez em uma Conferência de Educação na Universidade de Keele, na Inglaterra. Nesse contexto, a Educação Ambiental era compreendida como conservação, ou ecologia aplicada, em uma perspectiva biologista (KEROUAK, 1998, p. 27 e 28).

O nome educação ambiental foi usado pela primeira vez em 1965, em um evento de educação promovido pela universidade de Keele no Reino Unido. Nesse evento, os educadores reunidos, influenciados pelo movimento ambiental, que as questões ambientais deveriam ser trabalhadas na escola, sendo parte das formações de todo cidadão, surgiu aí a ideia da educação ambiental. Em 1969, no mesmo país era fundada a sociedade de educação ambiental (MATOS, 2009, p. 29).

Em 1972, foi lançada a primeira publicação do relatório do Clube de Roma (1968), intitulado “*Os Limites de Crescimento*”, que tratava sobre os problemas que o mundo enfrentava e as consequências para o futuro. Nesse relatório, foram analisadas questões relacionadas à saúde, energia, poluição, ao aumento do uso da tecnologia, saneamento, ambiente, e principalmente, o crescimento populacional.

A discussão do relatório estava relacionada à questão ambiental, no sentido de problematizar os valores, padrões, comportamentos de uma sociedade industrial-capitalista e que cresceu economicamente depois da Segunda Guerra (MATOS, 2009, p. 19): “A mudança

¹ É um pesticida, agrotóxico utilizado muito na Europa, Estados Unidos, em ambiente doméstico, pragas, pulgas, animais, piolhos, na agricultura também era muito usado no combate à malária.

de orientação no debate sobre a conexão entre desenvolvimento e meio ambiente indicada no conceito de eco desenvolvimento enfatiza a relação de reciprocidade entre sociedade e ambiente” (VAN BELLEN, 2016, p. 13).

Foi nesse contexto também que os movimentos sociais se organizam e se mobilizam. Estudantes se reuniram e realizaram uma manifestação por transformações na ordem social e política. Na época, esses movimentos geraram muitas críticas que acabaram motivando outros movimentos a lutarem também.

Associado a esse movimento contracultura americana emergia na Europa a chamada “nova esquerda”, cujo marco foram as manifestações estudantis de maio de 1969 na França. Com a “nova esquerda,” forças técnicas e das memórias eclodiram por toda parte, reivindicando novos direitos, conhecimento de diferentes visões e identidades (MATOS, 2009, p. 19).

O assunto que eles defendiam não era só os direitos dos estudantes, mas lutavam pelo reconhecimento das mulheres na sociedade, os negros que não tinham sua voz na sociedade e, também, as questões ambientais. Os movimentos ambientalistas tiveram como objetivo construir uma nova cultura política, uma nova história, na valorização da natureza, e a transformação do sistema político e econômico.

Em Paris, as lutas universitárias de 1968 ocorreram durante um período de tempo no qual interferiam vários outros eventos históricos. A oposição à guerra americana no Vietnã mobilizava a juventude tanto nos EUA quanto na Europa. Além disso, a revolta negro-americana, a luta armada na América Latina e na África, a Revolução Cultural na China (1966-1969) contribuía para o clima de revolucionarização da juventude e do mundo universitário. A revolta estudantil espalhou-se na França com esse pano de fundo complexo e internacional, que dava exemplos heroicos de possíveis mudanças radicais” (THIOLLENT, M.1998, online).

Apesar dos avanços trazidos pelo ambientalismo, havia contradições no seu pensamento e nas suas práticas políticas. A questão ambiental não está desvinculada da questão de classe, étnico-racial e de gênero. Segundo Loureiro (2004, p. 55), “o ambientalismo não pode ser compreendido como estado homogeneamente desvinculado das grandes lutas das classes subalternas, das memórias, e da recusa dos padrões de acumulação econômica”.

Segundo Matos (2009, p. 25), a “Educação Ambiental é concebida inicialmente como parte do movimento ambientalista”. E ao longo do tempo, vai sendo modificada como uma proposta educativa. A proposta em relação à Educação Ambiental tem em vistas “acelerar

o processo de disseminação das ideias ambientais no tecido social e promover a superação para uma sociedade sustentável”.

Em 1972, ocorreu a Conferência de Estocolmo, um dos momentos mais importantes para a constituição da Educação Ambiental, na qual foram abordados os resultados das reuniões do Clube de Roma.

Em 1975, houve o *I Seminário Internacional de Educação Ambiental* na cidade de Belgrado, onde surgiram as primeiras recomendações referente aos combates à fome, poluição, pobreza, o problema da alfabetização e as lutas pela não exploração humana.

A conferência de *Tbilisi* ocorrida na Geórgia em 1977, teve a finalidade de planejar um programa internacional de Educação Ambiental, em uma perspectiva interdisciplinar. Foi o primeiro momento para o desenvolvimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

A Conferência das Nações Unidas, mais conhecida como ECO-92 ocorreu em 1992 no Brasil na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de repensar a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. A ECO-92 consolidou a ideia de *desenvolvimento sustentável*, com a adoção da Agenda 21:

Como principais objetivos, a Rio + 20 tenta relacionar as demandas econômicas aos limites naturais, através do desenvolvimento de técnicas e tecnologias de extração dos recursos e controle da contaminação. A colaboração entre países para que se conciliem as atividades econômicas tendo em conta a prudência ambiental e justiça social (FIGUEIREDO, 2012, p. 11).

Na Universidade Estadual de São Paulo, ocorreu em 1992, o II Fórum de Educação Ambiental, que reuniu representantes de outros estados e de outros países. Já o *III Fórum de Educação Ambiental*, ocorreu em 1994, na cidade de São Paulo, articulado e desenvolvido pelas Universidades, com o objetivo de trabalhar a questão ambiental de forma global, reunindo um número maior de acadêmicos.

Em 1997, houve a *I Conferência Nacional de Educação Ambiental*, na qual foi criada a Declaração da Educação Ambiental Brasileira, promovendo nos órgãos públicos a importância de conscientizar sobre o meio ambiente no Brasil.

Figueiredo (2012, p. 13) afirma que, em comparação com as duas conferências, a de Estocolmo, em 1972, com a do Rio de Janeiro, em 1992, houve mudanças significativas na condução da questão ambiental internacional”.

LEGISLAÇÕES E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

No contexto do debate ambiental, as políticas ambientais foram constituídas tendo em vista a manutenção e conservação do meio ambiente, seja no âmbito federal, estadual e municipal. No campo da Educação Ambiental, no Brasil, o primeiro passo foi dado com a *Política Nacional de Meio Ambiente*.

A Lei 6.938/81 que institui a Política Nacional de Meio Ambiente, no seu artigo 2º, inciso X, que trata da Educação Ambiental, atesta a necessidade de promover a "educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente" (LAYRARGUES, 2002, p. 5).

Em seguida, a Constituição Federal de 1988 foi um marco ao trazer um capítulo sobre o meio ambiente. Segundo Layrargues (2020, p. 6), "a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), no seu capítulo VI, artigo 225, inciso VI, que trata da Educação Ambiental, afirma que é papel do Estado "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente". A educação ambiental se coloca como um novo olhar para o cuidado com o ambiente, valorizando a cultura e a natureza, tendo em vista o desenvolvimento social e econômico.

Para Quintas (2004, p. 127), a Educação Ambiental no Brasil é definida na Constituição Federal. Cabe ao Poder Público ordenar políticas ambientais com vistas a equilibrar as relações entre sociedade, natureza e economia (QUINTAS, 2004, p. 118).

O Poder Público estabelece padrões de qualidade ambiental, avalia impactos ambientais, licencia e revisa atividades efetiva e potencialmente poluidoras, disciplina a ocupação do território e o uso de recursos naturais, cria e gerencia áreas protegidas, obriga a recuperação do dano ambiental pelo agente causador, e promove o monitoramento, a fiscalização, a pesquisa, a educação ambiental e outras ações necessárias ao cumprimento da sua função mediadora (QUINTAS, 2004, p. 119).

Nos anos 1990, a Lei 9.795/99, instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental e o seu Decreto regulamentador (4.281/02). A ideia de Educação Ambiental vem desde a Política Nacional de meio ambiente de 1981:

A aprovação da Lei nº 9.795, de 27.4.1999 e do seu regulamento, o Decreto nº 4.281, de 25.6.20025, estabelecendo a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), trouxe grande esperança, especialmente para os educadores, ambientalistas e professores, pois há muito já se fazia educação ambiental, independentemente de haver ou não um marco legal (ADAMS, 2012, p. 2150).

A partir da *Política Nacional da Educação Ambiental* ganhou-se mais visibilidade em relação à questão ambiental. A Educação Ambiental passa a ser compreendida como um processo formativo que se dá em espaços formais e não formais de aprendizagem, como uma dimensão transversal, e em uma perspectiva inter/transdisciplinar.

[...] a importância da Educação Ambiental se explicita formalmente na obrigatoriedade constitucional, em sua inclusão nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na publicação da Lei Federal que define a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9795 /1999), instrumentos legais e documentos governamentais que asseguram a temática um caráter transversal, indispensável e indissociável da política educacional brasileira (FURTADO, 2009, p.346).

No ano de 2021, as Diretrizes Curriculares da Educação Ambiental são criadas a partir da Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012, com o objetivo de pensar a formação dos professores, na perspectiva da dimensão ambiental:

a) sistematizar os preceitos definidos na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, bem como os avanços que ocorreram na área para que contribuam para assegurar a formação humana de sujeitos concretos que vivem em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural, com suas condições físicas, emocionais, culturais, intelectuais; b) estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes; c) orientar os cursos de formação de docentes para a Educação Básica; d) orientar os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as instituições de ensino que os integram, indistintamente da rede a que pertencem (BRASIL, 2012).

A RELAÇÃO TURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR

Figurelli e Porto (2008, p. 442) afirmam que o debate ambiental é político e deve estar articulado com outros setores da sociedade, a exemplo do Turismo. A Educação Ambiental como, teoria e prática, produz um paradigma de turismo responsável com o meio ambiente e preocupado com as atuais e futuras gerações.

A perspectiva da Educação Ambiental apresenta duas dimensões: a primeira, da *Educação* que vem com o intuito de estimular a reflexão, o ensino e a pesquisa, no sentido amplo; já o termo *Ambiental* tem a finalidade de estimular a prática educativa sejam espaços formais quanto informais, dos assuntos, temas e questões relacionados ao ambiente natural em sua relação com a vida social.

Nesse sentido, Figurelli e Porto (2008, p. 445) afirmam a necessidade do fomento de atividades que “estimulem e realizem ações de Educação fora das barreiras dos muros escolares, de forma contextual, e relacionando com todas as práticas sociais, a exemplo das práticas turísticas”.

A Educação Ambiental no Turismo tem sido fundamental para o desenvolvimento das práticas turísticas, ampliando o conhecimento das atividades turísticas em relação ao ambiente, transformando as práticas sociais, gerando o bem-estar e o respeito às identidades culturais.

O debate ambiental nos cursos de Turismo

Os cursos de graduação em Turismo surgiram no Brasil por volta de 1970 com a necessidade do desenvolvimento econômico no país, e o reconhecimento da diversidade natural e cultural e do patrimônio histórico. Os primeiros cursos apareceram em um contexto de grande demanda por viagens e lazer, e crescimento das atividades turísticas.

Com isso, houve um interesse pela qualificação de profissionais na área, levando a uma preparação para o surgimento do curso superior em turismo em redes privadas. Em 1971, a Faculdade de Turismo do Morumbi (FAT), hoje Universidade Anhembi-Morumbi, instituição privada de São Paulo, iniciou o primeiro curso superior no Brasil (DR HALLAL et al., 2010. p. 9).

O Turismo, enquanto campo de conhecimento científico, é interdisciplinar, ou seja, pode se conectar com várias áreas, a exemplo das humanidades (seja nas ciências humanas, seja nas ciências sociais, ou nas ciências sociais aplicadas), como Geografia, Antropologia, Sociologia, História, Administração, Gestão, Ciências, Matemática, Contabilidade, Estatística, Agenciamento, Hotelaria e Eventos.

Segundo Peceiar (2006, p. 25) a relação entre ensino superior, turismo e a Educação Ambiental “parte-se do entendimento de que quando almeja a prática de turismo sustentável, a Educação Ambiental poderá constituir-se como ferramenta fundamental na formação acadêmica do turismólogo”.

Como afirma Panosso Netto (2003, p. 25) em seus estudos em relação ao papel dos Cursos de Turismo no país, “o Turismo não é um curso tradicional como o Direito, Medicina, Administração etc. Ele constitui-se como um curso novo no cenário nacional e mundial”. Com isso, há uma necessidade de aprofundar cada vez mais o conhecimento sobre meio ambiente, no sentido de produção de um turismo inclusivo e que conserve a biodiversidade.

PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO CURSO DE TURISMO DO CAMPUS DE SÃO BERNARDO

O Curso de Bacharelado em Turismo do Campus de São Bernardo

O município de São Bernardo fica localizado a 385 km da capital maranhense, situado na microrregião do Baixo Parnaíba, tendo como cidades vizinhas Santa Quitéria, Magalhães de Almeida, Santana do Maranhão, fazendo divisa com a cidade de Luzilândia no Piauí.

Os povos indígenas por muito tempo povoaram nessas terras. Após a chegada dos jesuítas, que vieram em missão de catequizar os índios nativos residentes, o território hoje conhecido como São Bernardo, se constitui, a partir de uns aglomerados de casas. “O local inicialmente descoberto, tomou o nome de matriz de São Bernardo, e a catequização dos índios nativos, muito contribuiu para o seu povoamento e a construção da primeira capela de São Bernardo, pelo português Bernardo de Carvalho Aguiar, cujo nome de São Bernardo, tradicionalmente conhecido até hoje conversado” (VAZ, 2016, P.26).

Em 29 de março de 1938, teve sua emancipação política. Atualmente a população estimada é de 28.667 pessoas (2020), tem uma área territorial de 1.006,920 km² (2019) e com densidade demográfica de 26,29 hab/km² (2010).

O Campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) foi fundado em 2008, no município de São Bernardo/MA, pela Lei Municipal nº5 21, de 30 de maio de 2008, em uma área de 31,03 hectares.

Figura 1: Campus de São Bernardo, Universidade Federal do Maranhão



Fonte: <https://portalpadrao.ufma.br/>, acesso em 16 de maio de 2021.

O Campus de São Bernardo nasceu a partir do projeto do Governo Federal, durante a gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que foi criado em 2003, que realizou avanços na rede federal de Ensino Superior com a implantação de Campus nas regiões interioranas, dando oportunidades para os discentes que não tenha condições de se deslocarem para as grandes cidades.

A Universidade Federal do Maranhão/UFMA se integrou ao programa para a expansão do ensino superior para o Estado do Maranhão. O processo de implantação do Campus de São Bernardo teve a duração de dois anos após a doação do terreno pelo poder público, finalizando em 2010.

As primeiras aulas do Campus/UFMA São Bernardo aconteceram no dia 8 de setembro de 2010, disponibilizando 180 vagas com divisão para os três cursos: Licenciatura em Ciências Naturais, Licenciatura em Ciências Humanas e Licenciaturas em Linguagens de Códigos.

Em 15 de Dezembro de 2015, inicia a primeira turma do Curso de Bacharelado em Turismo, com média de 40 alunos formando a primeira turma do curso, tendo cinco professores no corpo docente: Ana Catarina Coutinho, Mayana Lima, Cesar Chaves, Helena e Karoliny Diniz, que assume a coordenação do Curso.

O Curso de Bacharelado em Turismo, do Campus de São Bernardo, da Universidade Federal do Maranhão, no Município de São Bernardo/MA, está localizado em uma região próxima dos eixos turísticos do Estado do Piauí e do Maranhão, assumindo a responsabilidade na formação de futuros turismólogos visando contribuir com o desenvolvimento local.

Segundo o PPC do Curso de Bacharelado em Turismo (UFMA, 2014), o objetivo é “formar o profissional de turismo para atuar nas áreas de planejamentos e gestão das atividades e das empresas relacionadas ao turismo e ao lazer”, contribuindo com pesquisas, estudos e influenciando no desenvolvimento “sociocultural, natural, e econômicas que interferem na dinâmica do setor turístico”.

A estrutura curricular está dividida em Conteúdos Básicos que trazem as dimensões históricas, sociais, culturais, filosóficas, geográficas e artísticas, a exemplos dos componentes curriculares: Teoria Geral do Turismo, Teoria da informação e Comunicação, Administração. Já os conteúdos específicos contemplam temas e questões nas áreas da Contabilidade, Direito, Economia, Estatística e Língua Estrangeira. Destacam-se os trabalhos teórico-práticos, visitas técnicas, inventários turísticos, laboratórios de aprendizagem, estágios e as atividades complementares.

Atualmente, possui 6 turmas com 103 alunos ativos no curso de Turismo, com nota 4 na sua primeira avaliação feita pelo Ministério da Educação (MEC) em 2019. Até o momento da escrita deste artigo, o curso formou 5 profissionais/turismólogos.

Percepções dos alunos do Curso de Turismo sobre a relação entre Educação Ambiental e Turismo

A pesquisa coletou dados sobre a percepção dos acadêmicos do curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão, do Campus São Bernardo, sobre a relação entre a Educação Ambiental e o Turismo, através da pesquisa realizada com as três primeiras turmas do curso de Turismo a saber: 2015.2, 2016.2 e 2017.2. Foi realizado nos dias 3 a 9 de novembro de 2020. Os dados coletados foram obtidos pelo questionário elaborado pelo *Google Forms*,

direcionado para as três primeiras turmas, contendo 57 alunos e somente 15 alunos contribuíram com a pesquisa.

As perguntas buscaram identificar como os discentes do Curso compreendem a relação entre a Educação Ambiental e o Turismo. Abaixo as perguntas: 1 - Para você o que é turismo? 2 - Para você, o que significa a educação ambiental? 3 - Como você vê a relação do turismo com a educação ambiental? 4 - Qual seu olhar sobre as disciplinas relacionadas ao meio ambiente disponibilizados no seu curso? 5 - O curso desenvolveu/tem desenvolvido atividades práticas que dialoguem com a educação ambiental? Se sim, como isso é feito? 6 - Você acredita que o curso de turismo pode contribuir e expandir o conhecimento sobre a educação ambiental para o município de São Bernardo? 7 - Caso sua resposta seja afirmativa, de que forma isso poderia acontecer? Como chegaria à comunidade? e 8 - Qual a sua percepção sobre a educação ambiental na formação profissional do turismólogo?

A partir dos dados coletados, identificamos que os estudantes apresentaram que há um debate sobre as questões ambientais em construção no Curso de Bacharelado em Turismo do Centro de Ciências de São Bernardo. As respostas dos alunos mostraram que a formação em turismo não se restringe à questão de viagens do turista. Como futuros profissionais, há o reconhecimento e a necessidade de se construir uma visão mais ampla do debate ambiental.

Constatamos que, embora os alunos acreditem na importância da Educação Ambiental no Curso de Turismo, ainda se fala muito pouco no âmbito na estrutura curricular e nas pesquisas científicas que são produzidas no Campus. As falas coletadas apontam o reconhecimento que o profissional em turismo, na análise dos processos de turistificação dos lugares, devem considerar as necessidades das comunidades locais, a partir da perspectiva da Educação Ambiental, visto que a atividade turística usa e se apropria da natureza.

Nesse sentido, o Turismo pode dialogar com a Educação Ambiental crítica, e ser uma ferramenta eficaz, podendo chegar mais perto das comunidades, das pessoas, mediante um processo pedagógico, cotidiano e contínuo. Assim, o pensamento e a prática social podem ser transformados, no que toca à conservação dos diversos espaços ambientais sejam eles turísticos ou não.

A educação ambiental está longe de ser somente uma ampliação de finalidades e metodologias pedagógicas no tratamento da categoria “conservação da natureza”, aproximando-se de se definir como um paradigma da educação, um componente

questionador e propositor na construção da educação para além dos seus limites nas sociedades contemporâneas (LOUREIRO, 2004, p.75).

Segundo Loureiro (2004, p. 74), “é preciso ter claro que a atuação educativa específica ocorre no conjunto das relações em que esta se insere, pela qual se define, é condicionada e/ou visa alterar, necessitando estar combinada com outros locais, agentes, saberes e poderes”. É preciso parar, escutar, dialogar e com isso começar, junto com a comunidade, novos processos de desenvolvimento e de relação e uso dos elementos naturais. Nessa perspectiva, como agente articulado da Educação Ambiental, insere-se o turismo, como prática social.

Os dados apontaram um ponto crucial: a necessidade, por parte dos acadêmicos, de uma leitura mais crítica sobre a concepção de Educação Ambiental; não uma Educação ambiental que se restrinja ao plano formal, acrítica, que não considere os processos históricos e que seja colocada de forma despolitizada. Mas uma Educação Ambiental que seja realmente transversal a todos os componentes curriculares do curso de Turismo; que reconheça seus próprios limites; e que considere, ao mesmo tempo, as ambivalências e possibilidades do Turismo enquanto prática social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender a percepção dos alunos do curso de Turismo do Campus de São Bernardo, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), sobre como percebem a Educação Ambiental no âmbito do curso sobre a importância da Educação Ambiental por parte dos futuros profissionais do curso de Bacharelado em Turismo, principalmente no desenvolvimento de práticas de Educação ambiental.

Após analisar as falas dos alunos, identificamos que os alunos do curso de Turismo demonstraram uma preocupação com a questão ambiental, reconhecendo a sua importância.

Neste trabalho, compreendemos como fundamental a Educação Ambiental, enquanto a concepção e prática, não somente nos destinos turísticos, mas nos lugares emissores e na sociedade como um todo. Também, é fundamental a formação acadêmica que pautar o debate ambiental, para que o profissional turismólogo possa intervir qualitativamente na comunidade e na natureza.

O tema trabalhado neste artigo mostra o debate ambiental como crucial no desenvolvimento turístico de uma região. Sem a prática da Educação Ambiental se torna impossível o trabalho de um profissional de turismo, e sua participação é fundamental na conservação da biodiversidade.

Por fim, faz-se necessário pensarmos a Educação Ambiental, em articulação profunda com o Turismo, de forma a envolver todo um conjunto de agentes sociais, como a comunidade, a gestão pública, a iniciativa privada, em uma perspectiva local, sem desvincular do global, na construção de práticas efetivamente transformadoras das relações entre sociedade e natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Eveline. A UNESCO e a Educação Ambiental. **Em Aberto**, 1991, 10.49. Disponível: em> [https:// E Assis - Em Aberto, 1991 - rbep.inep.gov.br](https://EAssis-EmAberto.1991-rbep.inep.gov.br). Acesso: em> 31 de outubro de 2020.

ADAMS, Berenice Gehlen. A importância da Lei 9.795/99 e das diretrizes curriculares nacionais da Educação Ambiental para docentes. **Revista Monografias Ambientais**, 2012, 10.10: 2148-2157.

BRAGA, PRISCILA CAZARIN, ET AL. Turismo Rural, Educação Ambiental e Risco: Estudo Da Percepção Dos Riscos Ambientais De Empreendedores De Turismo Rural Na Bacia Do Rio Verde. **Interscienceplace**, 2015, 1.8. Disponível em >PC BRAGA, JE DE SOUZA-LIMA... - ..., 2015 - interscienceplace.org. Acesso em: 30 de Novembro de 2020.

CRUZ, Ricardo Gauterio; BIGLIARDI, Rossane Vinhas. **Uma abordagem exploratória ao conteúdo epistemológico das diretrizes curriculares nacionais para educação ambiental**. 2012. Disponível em > RG Cruz, RV Bigliardi - 2012 - repositorio.furg.br. Acesso em: 27 de Novembro em 2020.

DA SILVA, M. R., & Pessoa, Z. S. (2011). **Educação como instrumento de gestão ambiental numa perspectiva transdisciplinar**. Acesso em: 29 de outubro de 2020.

DE OLIVEIRA, L. D. (2012). Os Limites do Crescimento 40 Anos Depois. **Revista Continentes**, (1), 72-96, 2012. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

DE SOUSA, Ana Cristina Augusto. A evolução da política ambiental no Brasil do século XX. **Achegas. Net**, 2005, 26. Disponível em: [https://ACA de Sousa - Achegas. Net](https://ACAdeSousa-Achegas.Net), 2005 - Acesso em: 31 de outubro de 2020.

DE TOLEDO, Renata Ferraz; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. A educação ambiental nos parques estaduais paulistas no âmbito das recomendações de Tbilisi. **Práxis Educativa (Brasil)**, 2006, 1.2: 57-64. Disponível em: [https:// RF de Toledo](https://RF.de.Toledo), MCF Pelicioni - Práxis Educativa (Brasil), 2006 - redalyc.org. Acesso em: 31 de outubro de 2020.

DE OLIVEIRA, Leandro Dias. A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável na CNUMAD-1992 (ECO-92): entre o local e o global, a tensão e a celebração. **Revista de Geopolítica**, 2016, 2.1: 43-56.

FRANCO, L. D. Parque Nacional Lagoa do Peixe: Criação e Uso Público Dos Parques Nacionais e a Lei n 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Brazilian Journal Int'l L.**, 7, 265 .2010. Disponível em: <https://www.cienciasaude.uniceub.br/prisma/article/viewFile/1086/1165> Acesso em: 29 de outubro de 2020.

FIGUEIREDO, Fábio Fonseca; CRUZ, Fernando Manuel Rocha da. **Aproximações teóricas sobre a questão ambiental internacional na sociedade global: de Estocolmo 1972 ao Rio de Janeiro**, 2012.

FIGURELLI, Ana Hartmann; PORTO, Ivalina. **A relação entre Turismo e Educação Ambiental e suas contribuições na luta por um mundo mais justo e preservado**. 2008. Disponível em: H Figurelli, I Porto - 2008 - repositorio.furg.br Acesso em: 12 de novembro de 2020.

FURTADO, D. J. Os caminhos da educação ambiental nos espaços formais de ensino aprendizagem: qual o papel da política nacional de Educação Ambiental? **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** ISSN 1517-1256, v. 22, janeiro a julho de 2009. Acesso em: 20/10.09.

HALLAL, DALILA ROSA et al. **O contexto de criação dos cursos de bacharelado em Turismo no Brasil**. 2010. Disponível em < DR HALLAL, D MULLER, TEM GARCIA... - 2010 - repositorio.ufsc.br. Acesso em: 9 de Dezembro de 2020.

KOHLHEPP, Gerd. Desenvolvimento regional adaptado: o caso da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, 1992, 6.16: 81-102. Disponível em :< [https//G Kohlhepp - Estudos Avançados](https://G.Kohlhepp-EstudosAvançados), 1992 - SciELO Brasil. Acesso em :> 01.Novembro.2020.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. A conjuntura da institucionalização da Política Nacional de Educação Ambiental. **OLAM-Ciência & Tecnologia**. Rio Claro, 2002, 2.1: 1-14.

LIPAI, Eneida Maekawa; LAYRARGUES, Philippe Pomier; PEDRO, Viviane Vazzi. Educação ambiental na escola: tá na lei.... **Conceitos e práticas em educação ambiental na escola**, p. 23, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental transformadora. **Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente**, p. 65-84, 2004.

MACHADO, Simone Fernandes; ALVES, Kerley dos Santos. Turismo e meio ambiente: relação de interdependência. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, 2014, 6.3: 219-241.

MACIEL, E. A., & Uhmman, R. I. M. (2020). Ecologia e educação ambiental: um estudo sobre as inter-relações conceituais. **Revista Cocar**, 14(30). Disponível em:< EA Maciel, RIM Uhmman - Revista Cocar, 2020 - periodicos.uepa.br. Acesso:< 28.outubro.2020.

MATOS, Maria Cordeiro de Farias Gouveia. **De educação ambiental**. 2002.

MATOS, Diego Lima et al. **Gestão ambiental portuária maranhense: análise do gerenciamento do risco de derrame de óleo no Complexo Portuário de São Luís**. 2018.

NUNES, P. D. S. **Contribuições das obras de Frederic Edward Clements para o ensino de ecologia**. 2016. Disponível em:>: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/141996>. Acesso em: 28 de outubro de 2020.

PONTES, L. G. D. F., & Loureiro, M. (2020). Educação ambiental como possibilidade de compreensão crítica e superação da condição de pobreza e desigualdade social. **REUMAM-ISSN 2595-9239**, 2(03). Acesso: em< 30. outubro.2020.

PENTEADO, Antônio Rocha. Turismo e meio ambiente: uma síntese geográfica. **Revista Turismo em Análise**, 1992, 3.1: 12-20. Disponível em <AR Penteado - Revista Turismo em Análise, 1992 - periodicos.usp.br.

PECIAR, Paola Luciana Rodriguez. **A importância da educação ambiental na promoção do turismo sustentável e na formação acadêmica dos turismólogos**. 2006. Acesso em 9 de Dezembro de 2020.

QUINTAS, José Silva. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. **Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente**, v. 156, p. 113-140, 2004.

ROCHA, Jefferson Marçal. Política internacional para o meio ambiente: avanços e entraves pós conferência de Estocolmo. **Revista Ciências Administrativas ou Journal of Administrative Sciences**, 2003, 9.2. Acesso: em < 30.outubro.2020.

SORRENTINO, Marcos, et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e pesquisa**, 2005, 31.2: 285-299. Disponível: em < <https://M Sorrentino, R Trajber, P Mendonça...> - Educação e ..., 2005 - SciELO Brasil.

THIOLLENT, M. (1998). Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. **Tempo social**, 10(2), 63-100. Disponível> <https://M Thiollent> - Tempo social, 1998 - SciELO Brasil. Acesso: em < 29.outubro.2020.

VAN BELLEN, Hans Michael; PETRASSI, Anna Cecília Mendonça Amaral. Dos limites do crescimento à gestão da sustentabilidade no processo de desenvolvimento. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, 2016, 5.10: 8-30.